



Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Estado do Pará

1º PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIOS/2020
PROVA OBJETIVA
CURSO DE DIREITO

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

Esta prova contém 30 (trinta) questões de Conhecimentos Específicos de Direito.

Leia com atenção a sua prova e verifique se está completa. Caso exista algum problema, ligue para 98403-7831.

Marque cuidadosamente as respostas. Ao assinalar a alternativa, identifique a questão com a bandeira pra ajudar na visualização das questões já resolvidas.

A prova terá duração de 3h30 (três horas e trinta minutos), contadas do horário de início da prova informado no Edital.

Antes de enviar a prova, verifique atentamente as respostas marcadas.

Quando o tempo de prova expirar, a tentativa será enviada automaticamente.

Após 2 (duas) horas do término da prova, o candidato poderá visualizar sua nota final acessando novamente o site <http://www.selecaoestagio.mpf.mp.br>

Tenha calma ao responder as questões e boa prova!

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – 30 PONTOS

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 1 – Julgue os itens abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

- I – As autarquias são órgãos especializados que integram a administração pública direta;
- II – As sociedades de economia mista são entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado;
- III – As empresas públicas são entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado;
- IV – O Ministério Público Federal tem natureza jurídica de autarquia da União.

Estão inteiramente **CORRETOS** apenas os itens:

- a) I e II;
- b) II e III;
- c) I e IV;
- d) III e IV;

GABARITO: B

QUESTÃO 2 – Assinale a alternativa que indica dois princípios da Administração Pública que **NÃO** se encontram expressamente previstos no texto constitucional brasileiro:

- a) Legalidade e impessoalidade;
- b) Eficiência e moralidade;
- c) Publicidade e eficiência;
- d) Transparência e razoabilidade.

GABARITO: D

QUESTÃO 3 – Em março de 2017, Carlos Silva foi aprovado no concurso público para o cargo de Técnico Administrativo do MPU, sendo empossado no mês de julho daquele mesmo ano. Posteriormente, no mês de junho de 2020, Carlos Silva praticou ato previsto no Código Penal como crime contra a administração pública.

Diante dessa situação hipotética, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Carlos Silva ainda não completou o tempo previsto para alcançar a estabilidade no cargo e, por tal razão, poderá sofrer pena de demissão sem a necessidade de instauração de processo administrativo;
- b) Independentemente de ter alcançado a estabilidade no cargo, Carlos Silva poderá sofrer a pena de demissão, sem a necessidade de instauração de processo administrativo, pois praticou crime contra a Administração Pública;

- c) Para a aplicação da pena de demissão em desfavor de Carlos Silva, é imprescindível a instauração de processo administrativo que lhe assegure o direito ao contraditório e à ampla defesa;
- d) Carlos Silva já completou o período previsto para alcançar a estabilidade no cargo, razão pela qual somente poderá ser demitido após o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.

GABARITO: C

QUESTÃO 4 – Sobre o poder de polícia, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) O poder de polícia consiste na atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público;
- b) O poder de polícia somente pode ser exercido por pessoas regularmente investidas nos cargos pertencentes aos quadros da Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Federal ou Polícia Rodoviária Federal;
- c) O exercício do chamado poder de polícia é inconstitucional, uma vez que a Constituição Federal assegura o direito fundamental à propriedade privada e à liberdade de exercício de atividades econômicas;
- d) O poder de polícia é exercido exclusivamente por entidades de fiscalização profissional;

GABARITO: A

QUESTÃO 5 – Sobre o processo administrativo no âmbito federal, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) É direito do administrado ter ciência da tramitação dos processos administrativos em que seja interessado, podendo obter cópias de documentos neles contidos e conhecer as decisões proferidas;
- b) O administrado tem o dever de prestar as informações que lhe forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos;
- c) O processo administrativo somente pode ser iniciado de ofício.
- d) A competência é irrenunciável e deve ser exercida pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo nos casos de delegação e avocação legalmente admitidos.

GABARITO: C

QUESTÃO 6 – Sobre a improbidade administrativa, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A pessoa que exerce função pública de maneira transitória e sem remuneração também pode ser responsabilizada caso pratique um ato de improbidade administrativa;
- b) A improbidade administrativa por violação ao princípio da legalidade fica caracterizada sempre que o servidor público atua em desconformidade com lei, ainda que de maneira culposa;
- c) O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilícitamente está sujeito às cominações da Lei de Improbidade Administrativa até o limite do valor da herança;
- d) O Ministério Público, se não intervir no processo como parte, atuará obrigatoriamente, como fiscal da lei, sob pena de nulidade;

GABARITO: B

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 7 – Considerando as disposições constitucionais relativas ao Ministério Público, julgue os itens abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

- I – É função institucional do Ministério Público promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei;
- II – É função institucional do Ministério Público defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas;
- III – É vedado ao Ministério Público exercer a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas;
- IV – A legitimidade do Ministério Público para propor a ação civil pública exclui a legitimidade de terceiros.

Estão integralmente certos os itens:

- a) I e II;
- b) II e III;
- c) I, II e III;
- d) III e IV;

GABARITO: C

QUESTÃO 8 – Sobre o sistema brasileiro de controle da constitucionalidade das leis, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) No âmbito judicial, a República Federativa do Brasil adota tanto o sistema de controle difuso, quanto o sistema de controle concentrado;
- b) Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar originariamente as ações diretas de inconstitucionalidade propostas em face de lei estadual;
- c) O Procurador-Geral da República é o único membro do Ministério Público Federal que detém legitimidade para propor a ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal;
- d) Os Tribunais Regionais Federais não possuem competência para julgar ações diretas de inconstitucionalidade.

GABARITO: B

QUESTÃO 9 – Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é classificada como flexível, pois prevê a possibilidade de mudança do seu texto por meio de emendas constitucionais;
- b) As normas constitucionais não possuem aplicabilidade imediata, mas representam os objetivos da sociedade brasileira para o futuro;
- c) Por mencionar a “proteção de Deus”, o preâmbulo do texto constitucional brasileiro exclui a possibilidade de a República Federativa do Brasil ser considerada um Estado laico;
- d) Os tratados internacionais de direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

GABARITO: D

QUESTÃO 10 – Sobre as ações constitucionais, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) O mandado de segurança consiste em uma ação destinada a proteger direito líquido e certo, inclusive naquelas hipóteses em que também é cabível o *habeas data*;
- b) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado pelos partidos políticos em geral e também pelos sindicatos e associações, quando atuam em defesa da sociedade;
- c) O mandado de injunção tem por objetivo a declaração de inconstitucionalidade de uma norma editada pelo Poder Público;
- d) O *habeas corpus* deve ser concedido quando alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.

GABARITO: D

QUESTÃO 11 – Sobre os direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A Constituição Federal prevê que a interceptação telefônica pode ser autorizada por ordem direta de Comissão Parlamentar de Inquérito, de modo que o afastamento da inviolabilidade das comunicações telefônicas não se submete à denominada “reserva de jurisdição”;
- b) Os direitos e garantias expressos na Constituição Federal não excluem outros decorrentes dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte;
- c) Os direitos fundamentais não estão previstos exclusivamente no artigo 5º da Constituição Federal, podendo ser encontrados em diferentes dispositivos, inclusive no preceito que reconhece aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições;
- d) No exercício da jurisdição constitucional, o Supremo Tribunal Federal consolidou o entendimento de que tanto o casamento entre pessoas do mesmo sexo quanto a alteração do prenome de pessoas transexuais são direitos que decorrem da dignidade da pessoa humana.

GABARITO: A

QUESTÃO 12 – Considerando o regime constitucional dos partidos políticos e dos direitos políticos, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Os partidos políticos devem observar a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, bem como os direitos fundamentais da pessoa humana;
- b) Os partidos políticos adquirem personalidade jurídica a partir do registro de seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral;
- c) É vedada a utilização de organização paramilitar por partidos políticos no Brasil;
- d) A República Federativa do Brasil tem como um de seus fundamentos o pluralismo político.

GABARITO: B

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E TUTELA COLETIVA

QUESTÃO 13 – Considerando as normas fundamentais instituídas no Novo Código de Processo Civil, julgue os itens abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

- I – O modelo cooperativo prevê que os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva;
- II – As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa;
- III - O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício;
- IV - O processo civil será ordenado, disciplinado e interpretado conforme os valores e as normas fundamentais estabelecidos na Constituição da República Federativa do Brasil.

Estão integralmente corretos os itens:

- a) I e II;
- b) II e III;
- c) I, III e IV;
- d) I, II, III e IV;

GABARITO: D

QUESTÃO 14 – Sobre a atuação do Ministério Público no âmbito do processo civil, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Quando intervém na condição de fiscal da ordem jurídica, o Ministério Público não possui legitimidade para recorrer se a parte interessada não interpôs recurso antes;
- b) O Ministério Público será intimado para, no prazo de 30 (trinta) dias, intervir como fiscal da ordem jurídica nas hipóteses previstas em lei ou na Constituição Federal, bem como nos processos que envolvam interesse público ou social, interesse de incapaz e nos litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana;
- c) Nos casos de intervenção como fiscal da ordem jurídica, o Ministério Público terá vista dos autos depois das partes, sendo intimado de todos os atos do processo;
- d) Em regra, ao atuar como parte, o Ministério Público dispõe de prazo em dobro para manifestar-se nos autos, exceto nos casos em que a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o MP.

GABARITO: A

QUESTÃO 15 – Sobre os recursos assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) O Novo Código de Processo Civil uniformizou os prazos recursais, inclusive dos embargos de declaração, que agora devem ser opostos no prazo de 15 (quinze) dias;
- b) O prazo para interposição do recurso de apelação e também do recurso de agravo é de 15 (quinze) dias;
- c) Dos despachos não cabe recurso;
- d) A decisão pode ser impugnada no todo ou em parte.

GABARITO: A

QUESTÃO 16 – Segundo o Código de Processo Civil de 2015, são hipóteses de intervenção do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica, **EXCETO**:

- a) Causas que envolvam interesse público ;
- b) Causas que envolvam interesse social ;
- c) Causas que envolvam a Fazenda Pública como parte, por si só ;
- d) Causas que envolvam litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana.

GABARITO: C

QUESTÃO 17 – Segundo o Código de Processo de Civil de 2015 e a respeito da conexão e da continência, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Os processos conexos serão reunidos por sentença, ainda que um deles já tenha sido sentenciado ;
- b) Serão reunidos para julgamento conjunto os processos que possam gerar risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias caso decididos separadamente, mesmo sem conexão entre eles ;
- c) A conexão e a continência são causas que modificam a competência relativa ou absoluta ;
- d) A verificação da continência implica sempre a reunião dos processos.

GABARITO: B

QUESTÃO 18 – A respeito do microsistema processual coletivo, consoante a legislação e a jurisprudência, é possível dizer:

- a) Na impetração do mandado de segurança pressupõe-se a indicação do direito líquido e certo, o qual poderá ser comprovado posteriormente na instrução processual, inclusive por prova testemunhal ou pericial ;
- b) As pessoas jurídicas não possuem legitimidade para propor ação popular, de acordo com o enunciado n. 365 da Súmula de Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal;
- c) O Ministério Público é o único legitimado a ajuizar ação de improbidade administrativa, na forma do art. 17 da Lei n. 8.429/92;
- d) É possível, dentre as sanções da Lei de Improbidade Administrativa, aplicar pena restritiva de liberdade ao Requerido, a qual deverá ser cumprida em regime aberto.

GABARITO: B

DIREITO PENAL

QUESTÃO 19 – A respeito dos princípios penais da legalidade e anterioridade e quanto à aplicação da lei penal, marque a alternativa **CORRETA**:

- a) A aplicação da lei penal temporária ou excepcional é caracterizada pela ultratividade, o que significa dizer que normalmente os fatos por ela regulados não sofrem incidência da retroatividade de eventual nova lei benéfica (*novatio legis in melius*);
- b) O princípio da legalidade impõe que a norma penal incriminadora esteja integral e exclusivamente prevista em lei estrita, não se admitindo jurisprudencial e doutrinariamente a complementação da lei penal incriminadora por ato normativo infralegal;
- c) A lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu, o que deverá ocorrer em todos os casos;
- d) O Código Penal e o Código de Processo Penal adotam a mesma teoria quanto ao tempo do crime.

GABARITO: A

QUESTÃO 20 – A respeito do fato típico e da relação de causalidade, é possível dizer:

- a) A tipicidade atualmente possui um aspecto formal, correspondente à verificação de efetiva lesão ou ofensa ao bem jurídico, e um aspecto material, reduzido ao juízo de subsunção entre a conduta praticada e a norma penal;
- b) Consoante a redação do Código Penal, adotou-se, como regra, a teoria da equivalência das condições – *conditio sine qua non* –, o que significa que a causa é exclusivamente o último ato na cadeia causal;
- c) A teoria da imputação objetiva do resultado permite a responsabilização objetiva do agente, isto é: independentemente de dolo ou culpa;
- d) A conduta penalmente relevante pode ser comissiva ou omissiva. A omissão própria exige previsão específica pelo legislador, a exemplo do que ocorre no crime de omissão de socorro, ao contrário da omissão imprópria que é inserida na Parte Geral do Código Penal.

GABARITO: D

QUESTÃO 21 – A respeito dos crimes dolosos, culposos e preterdolosos, erro de tipo e erro de proibição, marque a assertiva **CORRETA**:

- a) Crime doloso é exclusivamente aquele em que o agente representava a possibilidade de resultado e realiza a conduta com o fim de realizá-lo;
- b) Qualquer conduta delitativa inserida no Código Penal ou na legislação especial admite a punição na forma culposa independentemente de previsão específica, desde que demonstrada a imperícia, imprudência ou negligência, porque a matéria é regulada na Parte Geral do Código Penal;

- c) O erro de tipo corresponde ao erro sobre o elemento que constitui elemento do tipo penal e, se escusável, exclui o dolo, a exemplo do sujeito que transporta pasta de cocaína e imagina sinceramente se tratar de farinha de tapioca;
- d) O erro de proibição corresponde ao erro sobre o elemento que constitui elemento do tipo penal e, se escusável, exclui a culpabilidade, a exemplo de estrangeiro que, ao chegar no Brasil, negocia produtos derivados da planta *cannabis sativa* (maconha) crendo se tratar de comércio legalizado.

GABARITO: C

QUESTÃO 22 – A respeito das causas excludentes da ilicitude, concurso de pessoas e concurso de crimes, é **INCORRETO** dizer:

- a) A legítima defesa consiste em repelir agressão injusta contra si ou terceiro, utilizando-se o agente dos meios proporcionais e adequados a tanto;
- b) O estado de necessidade diz respeito ao fato praticado para livrar-se de agressão injusta, atual ou iminente, não provocada pela vontade do agente e que não podia por outro modo evitar, permitindo-se a utilização de meios desproporcionais;
- c) Quem de qualquer modo concorre para o crime incide nas penas ao crime cominadas, na redação do Código Penal;
- d) O crime continuado corresponde a uma modalidade de concurso de crimes prevista no Código Penal e fundamentada em razões de política criminal com o fim de evitar penas excessivamente altas em determinadas circunstâncias.

GABARITO: B

QUESTÃO 23 – A respeito dos crimes contra o patrimônio e dos crimes contra a administração pública, marque a alternativa **CORRETA**:

- a) Furto e roubo são crimes patrimoniais que se distinguem apenas pelo resultado delitivo, uma vez que ambos os tipos penais são realizados mediante a utilização de violência ou grave ameaça;
- b) A apropriação de bem que o servidor possua em razão do cargo não configura o crime de apropriação indébita, prevista no art. 168 do Código Penal, mas sim o delito de peculato, inserido no art. 312 do Código Penal;
- c) Os crimes de corrupção passiva (art. 317 do CP) e ativa (art. 333 do Código Penal) são praticados por funcionários públicos;
- d) O crime de dano apenas se consuma quando o autor do delito obtém vantagem econômica.

GABARITO: B

QUESTÃO 24 – A respeito dos crimes contra a ordem tributária e contra o meio ambiente, marque a alternativa **INCORRETA**:

- a) Consoante o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, não se tipifica crime material contra a ordem tributária, previsto no art. 1º, incisos I a IV, da Lei 8.137/1990, antes do lançamento definitivo do tributo;

- b) O princípio da insignificância é admitido de forma excepcional nos crimes contra o meio ambiente, tendo em vista a relevância do bem jurídico tutelado;
- c) Admite-se a responsabilização penal da pessoa jurídica nos crimes ambientais, tendo em vista a previsão constitucional e a regulamentação específica constante da Lei n. 9.605/98;
- d) O entendimento jurisprudencial fixou o patamar de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para a insignificância nos crimes tributários, aplicável à sonegação de tributos de natureza federal, estadual e municipal sem distinção.

GABARITO: D

DIREITO PROCESSUAL PENAL

QUESTÃO 25 – A respeito dos princípios processuais penais, marque a alternativa **CORRETA**:

- a) O princípio processual penal da presunção da inocência torna inconstitucional qualquer forma de privação da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória;
- b) No plano das nulidades processuais, a matéria é regulada pelo princípio da inexistência de nulidade sem prejuízo, o que significa que nem toda irregularidade conduz automaticamente à anulação do ato ou do processo;
- c) O princípio da indisponibilidade da ação penal pública obriga o Ministério Público a sempre requerer a condenação do réu, ainda que convencido da sua inocência;
- d) O princípio da legalidade não se aplica ao processo penal, mas apenas ao direito penal.

GABARITO: B

QUESTÃO 26 – A respeito da lei processual no tempo, no espaço e com relação às pessoas, marque a alternativa **CORRETA**:

- a) A lei penal processual penal observa a regra da retroatividade da lei mais benéfica, da mesma forma que ocorre no direito penal;
- b) O princípio da legalidade impede a interpretação extensiva e analógica da lei processual penal;
- c) O foro por prerrogativa da função é uma garantia pessoal, que acompanha o seu detentor ainda que tenha renunciado ao exercício do cargo;
- d) O Supremo Tribunal Federal firmou o entendimento de que o foro por prerrogativa de função limita-se aos atos praticados durante o exercício do cargo e em razão dele.

GABARITO: D

QUESTÃO 27 – Acerca do inquérito policial e da ação penal, marque a alternativa **CORRETA**:

- a) O inquérito policial possui natureza jurisdicional e exige a garantia de contraditório prévio à realização de qualquer diligência investigativa, bem como é elemento imprescindível ao oferecimento de denúncia;

- b) À autoridade policial é dado recusar a instauração de inquérito policial requisitada pelo Ministério Público;
- c) A representação será irretratável, depois de oferecida a denúncia;
- d) O Ministério Público poderá desistir da ação penal.

GABARITO: C

QUESTÃO 28 – Acerca das prisões e outras medidas cautelares pessoas, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) A prisão preventiva somente pode ser decretada pelo prazo máximo de 15 dias;
- b) A restrição de liberdade é medida extraordinária e subsidiária, devendo-se demonstrar, no caso concreto, além do preenchimento dos seus requisitos a insuficiência da aplicação de medidas cautelares diversas;
- c) A prisão em flagrante pode ser mantida por tempo indeterminado;
- d) O Supremo Tribunal Federal decidiu recentemente que, esgotado o prazo legal para revisão da prisão preventiva sem decisão do Juízo, é obrigatória a soltura automática do custodiado.

GABARITO: B

QUESTÃO 29 – A respeito do processo, procedimento, denúncia e sentença, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Consoante a redação do Código de Processo Penal, o Ministério Público possui o prazo de 5 (cinco) dias para oferecer a denúncia em casos de réu preso.
- b) As alegações finais no processo penal serão, em regra, realizadas de forma oral, de acordo com a previsão do Código de Processo Penal.
- c) Uma vez citado o réu da ação penal e intimado para apresentar resposta à acusação, se não comparecer aos autos, será declarada a sua revelia e serão presumidos verdadeiros os fatos imputados, tornando-se obrigatória a condenação.
- d) Consoante o Código de Processo Penal, o juiz que presidiu a instrução processual deverá proferir a sentença, o que se conhece por princípio da identidade física do juiz.

GABARITO: C

QUESTÃO 30 - A respeito dos recursos processuais penais e da ação de *Habeas Corpus*, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Constatado o perigo à liberdade (*periculum libertatis*), o paciente possui o prazo de 15 dias úteis para providenciar a impetração de *habeas corpus* sob pena de preclusão;
- b) A ação de *habeas corpus* é mecanismo defensivo, o que torna impossível a sua impetração por membro do Ministério Público;
- c) O recurso em sentido estrito é cabível contra toda e qualquer decisão;
- d) Segundo o Código de Processo Penal, a apelação poderá ser interposta em relação a todo o julgado ou apenas com relação a parte dele.

GABARITO: D